

SESSÕES DO PLENÁRIO

49ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 5 de junho de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de informar às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados que estão nos gabinetes ou em outras dependências desta Casa que teremos votação na tarde de hoje. Nós temos aqui o projeto de aumento do Tribunal de Justiça, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público. Temos vários projetos aqui, na Casa, e precisamos votá-los na tarde de hoje. Então, V. Ex.^{as} que estão em outras dependências, no restaurante, em outros setores desta Casa, por favor, desçam para o Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidoras, servidores, presidente, hoje é um dia extremamente importante, simbólico, para esse debate que o mundo faz, e nós precisamos estar antenados, que é o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Hoje nós precisamos fazer do dia 5 de junho apenas a referência do que nós devemos atuar em todos os dias da nossa vida. Ainda ontem falei aqui sobre a importância da preservação do planeta e a importância de debater as mudanças climáticas, a importância de aprovar projetos que possam garantir o desenvolvimento do país, o aumento da riqueza da população, mas dentro de um processo de sustentabilidade que garanta a vida do nosso planeta.

Todos os dias nós devemos tratar desse tema, não como discurso, mas como uma prática, e que isso sirva para que a gente possa ajudar cada uma filha e cada um filho deste planeta para que cuide dele como se estivesse cuidando da sua vida, porque não há vida sem a vida ambiental, e nós precisamos olhar para esse tema.

E preocupa muito esse debate que nós temos que fazer, deputado Adolfo, com o empresariado brasileiro. O empresariado brasileiro vem de uma formação de aumento do patrimônio, e hoje se vislumbra aumentar o patrimônio a partir do sistema financeiro, a partir do ganho de investimentos.

Nós precisamos garantir renda para a população e essa renda para a população deve se dar do ponto de vista da produção, do avanço tecnológico, dos investimentos em nosso país. E por que estou dizendo isso? Nós estamos vivendo, deputado Adolfo, deputado Zé de Arimateia, um momento em que é fundamental que o Brasil avance tecnologicamente.

Lembram V. Ex.^{as} que há pouco mais de 10 anos, pouco mais de 15 anos, tudo o que era frágil do ponto de vista de produtos tecnológicos a gente apelidava de produto “xing ling”, porque esse era um produto chinês. Hoje, a China passa a ser um país extremamente importante do ponto de vista do avanço tecnológico, chegando, inclusive, a ultrapassar os Estados Unidos, que se arvorava a ser o país mais avançado tecnologicamente. E por que o Brasil, com esse potencial de riqueza, não pode se desenvolver tecnologicamente?

Aqui eu vejo estudantes que vêm conhecer o Poder Legislativo. É através da educação que nós temos a possibilidade de fazer com que essa nova geração compreenda a importância do avanço tecnológico a partir do Brasil, porque nós importamos a tecnologia. Não há um cidadão, seja jovem, adulto ou da melhor idade, que não tenha, ou que não tenha a vontade de ter, um aparelho celular. Mas essa tecnologia é desenvolvida fora do Brasil. Mas neste celular que está aqui, uma grande parte dos produtos dele são originários daqui, do Brasil. E por que não pode ser feito no Brasil, dentro de uma concepção tecnológica brasileira?

Aqui nós estamos, e eu quero parabenizar e agradecer à Escola Municipal Itamar Oliveira Rodrigues, da minha querida cidade de Lauro de Freitas, porque sou

morador de Lauro de Freitas. Parabéns a vocês, aos professores, aos diretores da escola.

E, presidente, é fundamental que o empresariado brasileiro saia de uma visão extremamente financeira e comece a perceber a importância do desenvolvimento da potencialidade do nosso país do ponto de vista da agricultura, do ponto de vista das energias renováveis. A Bahia já é, hoje, a maior produtora de energia solar e energia eólica do Brasil. Mas nós precisamos avançar ainda mais nisso. Nós precisamos começar a debater o hidrogênio verde como uma energia com capacidade de renovação grandiosa, sem comprometer o meio ambiente. Ou seja, é esse debate que nós temos que fazer todos os dias e mostrar que nós não podemos trabalhar a agricultura familiar e o agronegócio como dois componentes adversos, opostos. Nós precisamos andar com a agricultura familiar produzindo alimento para os brasileiros e brasileiras e o agronegócio criando oportunidades de produção de alimentos, inclusive para a exportação em grande escala.

Então, nós temos que estar de braços dados, e não de forma adversa, porque é impossível nós, o Brasil, sermos o país que mais produz proteína animal e ver que tem uma pessoa passando necessidade porque não consumiu proteína durante o dia. Nós estamos, hoje, com 20 milhões de brasileiros e brasileiras que não sabem se vão se alimentar, se vão ter direito a um café da manhã, um almoço ou um jantar à noite. Nós precisamos mudar isso.

Mas para mudar isso, deputada Fátima Nunes, nós precisamos fazer com que o segmento empresarial nacional compreenda que nós precisamos gerar riqueza para o Brasil e não gerar riqueza para a individualidade dessas pessoas. E nós só podemos fazer isso – gerar riqueza para os brasileiros – se a gente tiver a capacidade de diminuir essa distribuição de renda. Nós não somos um país pobre, nós somos um país desigual! E nós só podemos diminuir ou acabar com essa desigualdade se a gente conseguir produzir com todos participando e distribuindo a riqueza de forma igualitária, ou seja, proporcional. Alguns vão ganhar um pouco mais, outros vão ganhar um pouco menos, mas, sem dúvida alguma, todos terão a oportunidade de crescer e de se desenvolver num país sustentável.

Por isso, este dia 5 de junho, dia de percepção para o meio ambiente, deve refletir em todos os dias, deputado Marcinho, para que a gente possa trabalhar no sentido de defender o planeta de uma forma que ele seja nosso. Nós não podemos enxergar o planeta como oportunidade, às vezes, de enriquecimento particular. O planeta tem que ser um espaço para todos, para que todos possam viver bem, construindo uma geração de riqueza de forma distribuída e que a gente não precise, deputado Hilton Coelho, carregar a pecha de sermos um dos países com a maior desigualdade do planeta, um país que a gente precisa tirar do Mapa da Fome. Aliás, tiramos do Mapa da Fome, mas, infelizmente, nós passamos por 6 anos de governos que não cuidaram da vida dos brasileiros e das brasileiras, principalmente dos que mais precisam.

Então, eu quero, aqui, encerrar as minhas palavras, parabenizando esta Casa Legislativa que sempre debateu o tema do meio ambiente como algo preponderante

para a vida dos baianos e das baianas. E que a gente faça deste dia um dia que possa reverberar não só para esses estudantes que visitam a Casa Legislativa do estado da Bahia, mas para todos os brasileiros e brasileiras, entendendo que nós somos responsáveis pelo planeta e se ele for mal a responsabilidade é nossa, mas se ele for bem é para o bem de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton.

Gostaria de parabenizar a vinda dos estudantes da Escola Municipal Itamar Oliveira Rodrigues, da cidade de Lauro Freitas.

Eu queria explicar um pouco, alunos, porque vocês estão vendo o Plenário vazio. No painel, vocês podem ver, a letra verde indica os deputados que estão presentes. Mas na tarde de hoje, como não vai ter votação, os deputados estão nos gabinetes, em outros setores, nas secretarias, atendendo a prefeitos, vereadores. Por isso vocês estão vendo o Plenário vazio. Senão não dá para entender nada com tantas cadeiras vazias.

Com a palavra o deputado Hilton. (Silêncio) O deputado Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Boa tarde a todos os deputados e deputadas. É um prazer estar aqui, nesta tribuna, e parabenizar a Escola Municipal Itamar Oliveira Rodrigues, da cidade de Lauro de Freitas. Parabéns por vocês estarem conhecendo o Parlamento baiano.

Mas, Sr. Presidente, deputado Adolfo, ontem eu fiz aqui um pronunciamento a respeito da Comissão de Meio Ambiente desta Casa. Eu queria até a atenção, também, do líder do Governo, deputado Rosemberg. Rosemberg, já faz 6 meses que essa comissão não tem quórum, 6 meses. Por que não tem quórum? Porque na composição dessa comissão há uma falta de proporcionalidade dos seus membros.

Deputado Adolfo, presidente, são 12 deputados: oito titulares e quatro suplentes. Só tem dois da Oposição e os outros dez são da Base do Governo. E o que acontece? Nós não conseguimos, Sr. Presidente, deliberar e sequer discutir as propostas com respeito à questão ambiental. Então, isso é muito preocupante. Hoje, dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, não se discutiu nada na Comissão de Meio Ambiente. Por quê? Porque não tem quórum, não tem! São 12 deputados, só dois da Oposição e dez da Base do Governo, que não dão quórum. Nós estamos discutindo duas questões aqui, Sr. Presidente. A primeira questão: ter quórum é importante para funcionar? É. Agora, não são obrigados os deputados a ficarem na hora de deliberar as questões, seja parecer da comissão, sejam proposições.

A Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos não pode não ter nada a comemorar, não ter nada a discutir em uma data tão importante. Isso é inadmissível em um Parlamento! Isso não pode, Sr. Presidente. Aqui está a composição, são 12 deputados (8 titulares, só tem 3 da Oposição; 4 suplentes). Não

tem nenhum aqui! Está desproporcional. Isso realmente não está batendo com o Regimento da Casa, não está batendo!

Então, eu gostaria, presidente, que V. Ex.^a reunisse o líder do Governo e o líder da Minoria para resolver essa situação. O que nós temos a falar diante da sociedade? É um momento crucial para discussões ambientais. Precisamos, sim, urgentemente, resolver esse problema, porque a população espera a produção dos deputados que compõem esta Casa.

Estamos vendo o que aconteceu no Rio Grande do Sul, a Bahia não está isenta disso, não. Quando aconteceu o rompimento da barragem de Brumadinho, Sr. Presidente, entre as 27 unidades da Federação, com respeito ao número de barragens, a Bahia foi o primeiro estado com ameaça de rompimento.

Olhem, Srs. Estudantes, essa comissão só funciona uma vez por semana, uma vez por semana, e os deputados não vêm dá quórum, por que não vêm dá quórum? Eles têm seus afazeres? têm, mas, eu anotei aqui, é muita coincidência passar 6 meses sem ter quórum para discutir questões necessárias, os problemas ambientais que a Bahia tem, e são muitos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A Bahia tem graves problemas ambientais e nós não podemos ficar de braços cruzados. O governo está fazendo da forma que quer. Isso não pode ser, isso não é democracia. Não pode ser, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) Para concluir, eu espero que V. Ex.^a tome as devidas providências, juntamente à Mesa Diretora desta Casa, mas essa composição tem de ser revista. Tem de ser revista!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Arimateia, vou levar a solicitação de V. Ex.^a aos líderes Rosemberg e Alan Sanches.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados presentes, quero saudar todos esses alunos que visitam a nossa Casa Legislativa, os estudantes da Escola Municipal Itamar Oliveira Rodrigues, e dizer que sempre é um prazer receber a juventude, jovens que possam ver como funciona de verdade a política.

Mas, Sr. Presidente, a política é feita de superação, de lutas e de batalhas. Muitas vezes essas lutas, essas batalhas e o trabalho, incomodam muita gente.

Eu venho a esta tribuna repudiar a revista *IstoÉ*, que retratou diversas supostas irregularidades na vida de um deputado federal, um parlamentar íntegro da Bahia, o deputado federal Ricardo Maia.

O deputado Ricardo Maia vem de uma história de superação. Todos nós sabemos como sua história começou em cima de um trator, arando terras, sendo vereador na cidade de Ribeira do Pombal, sendo prefeito lá, e por que não dizer? o prefeito que entrou para a história por transformar àquela cidade.

Lá, deputada Ivana, ele foi reeleito com expressiva votação, no ano de 2020. Sua administração surgiu como reflexo em toda região. Seu filho, hoje o grande prefeito da cidade de Tucano, Ricardo Maia Filho, foi eleito e está fazendo uma transformação naquela cidade, levando obras de infraestrutura, novos investimentos na saúde, na educação, na agricultura.

Isso vem incomodando muita gente, e está fazendo com que apareça adversários onde não existiam. Essas pessoas estão preocupadas mais em criticar e em fazer acusações mentirosas, em vez de apresentar projetos e propostas para Tucano, e para Ribeira do Pombal, onde a última pesquisa mostrou o prefeito Eriksson com mais de 60% de aprovação. Isso incomoda muita gente, pessoas que criticam e que criam fatos como esses.

O seu irmão, Zelito Maia, já está sendo abraçado pela cidade de Araci. Ele está mostrando que realmente a cidade precisa de uma transformação. Isso é que faz muitas pessoas – que tiveram no passado uma oportunidade de fazer algo por essas cidades e nunca fizeram – se revoltarem contra um parlamentar de tamanho sucesso como o deputado Ricardo Maia, deputado Luciano, deputada Fátima.

O que a gente pode dizer é que nada resiste à força do trabalho. Então, como parlamentar da Assembleia Legislativa da Bahia, a gente repudia esses atos que estão sendo feitos por essa imprensa, uma imprensa que não está preocupada em mostrar a verdade.

Sabemos que muitas pessoas têm o compromisso de mostrar a seriedade através da imprensa séria, correta, que mostra realmente fatos. Não como àquela imprensa que é feita por factoides e por matérias encomendadas para denegrir a administração tão positiva como a da cidade de Tucano, onde eu obtive mais de 5 mil votos como deputado, com apoio do grande...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) prefeito Ricardo Maia Filho. Ele vem fazendo uma transformação naquela cidade, que nunca teve, em tão pouco tempo, tantos e tantos investimentos.

Então, fica no registro nesta Casa, essa nota de repúdio que a gente vai fazer contra essa imprensa que está denegrindo as imagens dos homens de bem que estão fazendo um trabalho sério por nossa Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

(O deputado Hilton Coelho coloca sobre a tribuna um cartaz, com a seguinte frase: “Cadê o PLC 154/2023?”)

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados.

Eu quero a referência da escola, por favor. Desculpe, gente. Quero cumprimentar os estudantes da Escola Municipal Itamar Oliveira Rodrigues, em Lauro de Freitas. É um prazer muito grande ter vocês nessas galerias. Há uma esperança de que nós tenhamos uma participação da sociedade civil aqui, especialmente, representada por uma juventude. Vocês estão entrando na adolescência e podem mudar a trajetória desse país tão desigual.

É sobre isso que vou falar aqui, para tratar de um tema que está sendo discutido de cima a baixo neste país e que tem uma ligação com o que o deputado Arimateia trouxe, o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Hoje nós tivemos uma audiência pública promovida a pedido do deputado Robinson Almeida sobre a situação da Praia do Buracão. Querem construir um espigão, e nessa audiência pública nós tivemos de maneira muito transparente um retrato do que isso vai ser, uma excrescência do ponto de vista da própria legislação federal.

Isso é um mar de contradições que não nos deixa outra alternativa, senão enxergar que a alteração que foi feita no plano diretor da cidade de Salvador vem de maneira a beneficiar os esquemas da especulação imobiliária, sem qualquer escrúpulo, sem qualquer constrangimento.

Querem construir um espigão no Rio Vermelho, às margens da nossa praia e sombrear a praia. Isso vai abrir um precedente por toda essa cidade, porque eles já estão fazendo o mesmo em Stella Maris e com o Projeto Novo Mané Dendê, que é também um projeto relacionado à especulação imobiliária.

Então, o que a gente percebe e vocês que são essa juventude que precisa mudar esse mundo saibam que a PEC da privatização das praias quer criar uma situação em que paredões de concreto, edifícios enormes, possam ser construídos mesmo que sombreiem as nossas praias, mesmo que abafem mais ainda os grandes centros urbanos.

Não tem tragédia que sensibilize essas pessoas. O que está acontecendo no Rio Grande do Sul não é nada para essa extrema direita, que colocou esse projeto e arrastou votos de meio mundo, nacionalmente, para fazer com que abram esse precedente. A sociedade brasileira precisa derrotá-los.

A PEC da privatização das praias, infelizmente, é apenas um dos exemplos do que eles querem fazer com o meio ambiente, apesar de todas as tragédias. Eles passam por cima de tudo para servir ao *lobby* da especulação imobiliária, das empreiteiras, dos bilionários do Brasil e aqui em Salvador, na Bahia, não é diferente.

Como eu abordava na audiência pública de hoje pela manhã, essa é a lógica dos grandes grupos econômicos, é a lógica do capital contra o interesse de 99% da população. Eles saem atropelando tudo, como fizeram lá no Paraná. Vocês, que são estudantes, saibam: no Paraná, o governo aprovou uma lei para privatizar 200 escolas públicas, e fez isso em uma sessão virtual, deputado Marcelino Galo. É o fim do Parlamento.

Eu sou do Psol e sou crítico ao Parlamento, porque eu acho que nós precisamos de muito mais participação, nós precisamos de muito mais democracia, e este Parlamento não reflete o que deveria refletir. Mas lá, no Paraná, eles deram uma demonstração de que não querem deixar nada...

Quando o povo quis protestar e encheu as ruas de Curitiba, o que fizeram? fecharam o Parlamento, fizeram sessão virtual. As elites não querem mais saber de nada, elas não têm mais escrúpulos, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) é dinheiro acima da vida e acima dos direitos. Por isso, nós temos de nos contrapor a isso. O que aconteceu aqui também, na sessão que fechou as galerias com a polícia está no mesmo caminho. Nós não podemos enveredar por ele.

Para concluir, eu quero dizer o seguinte: hoje vai se votar projetos relacionados aos servidores, à questão das perdas salariais. Mais uma vez, a gente quer perguntar, porque está relacionado ao meio ambiente, ao direito à educação, ao direito à saúde e à questão da violência: ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) cadê o PLC nº 154/2023, que redefine a questão da carreira da Defensoria Pública do Estado da Bahia?

Deputada Olívia, nós vimos o mês de maio – que é o mês da Defensoria Pública no país – terminar, o mês terminou e o projeto não voltou à pauta, depois de ter saído no ano passado com todas as garantias de que seria aprovado. Aliás, o líder do Governo, nesta tribuna, no mês passado, disse que em maio seria votado o PLC nº 154/2023, e até agora, nada.

Eu concluo dizendo isto: a Defensoria Pública é hoje uma instituição incontornável, se olharmos o que é o tabuleiro da luta por direitos no nosso país. A Defensoria Pública está na ponta de lança institucional para garantia dos direitos de uma população que praticamente não tem direito a nada.

Esta Casa não pode continuar dando essa demonstração de descompromisso, de desrespeito, com a Defensoria Pública do Estado da Bahia, porque isso é desrespeitar a própria garantia de direitos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) a população mais vulnerável do nosso país.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, eu quero cumprimentar e parabenizar os alunos, os estudantes da Escola Municipal Itamar Oliveira Rodrigues, da minha querida Lauro de Freitas. Sejam bem-vindos nesta tarde de quarta-feira, à nossa Assembleia Legislativa.

Hoje é 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente. Nós passamos por uma emergência climática. Nós estamos tendo fenômenos nunca ocorridos no planeta: os dias mais quentes da história da humanidade, as enchentes e as secas.

Essas mudanças têm alterado a vida na sociedade e causado tragédias. A última é a do estado do Rio Grande do Sul, que, praticamente, há 1 mês, está com um terço das suas terras alagadas e vive uma crise sem precedente na sua economia. Centenas de pessoas perderam as suas vidas, outras pessoas estão desaparecidas. Além disso, há os prejuízos materiais de grande monta naquele estado. Isso é um sinal de que aqueles que negavam as mudanças climáticas, ocorridas no planeta, têm de cair na realidade.

O ser humano, a humanidade, nós passamos séculos explorando, de maneira inadequada, a nossa Terra, fazendo com que o desmatamento desenfreado, a ocupação das nascentes de rios, a poluição dos oceanos, a emissão de gás carbono, através dos combustíveis fósseis, levassem a uma mudança no equilíbrio do ecossistema terrestre.

Nós temos esta nova configuração climática. Ela veio para ficar. Não vai ser a última tragédia a que nós vamos assistir. Talvez, esta seja uma das primeiras de grande monta.

Neste dia 5 de junho, nós temos de enaltecer a consciência ambiental para que a gente possa preservar o planeta Terra para as atuais e para as futuras gerações. Este é o nosso desafio. Este é o nosso compromisso neste Dia Mundial do Meio Ambiente.

Infelizmente, as notícias não são muito boas, porque há um senador do Rio de Janeiro, filho do ex-presidente que está inelegível, que governou o Brasil há 4 anos, está capitaneando uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição, para privatizar as nossas praias.

Ele propõe que, numa faixa de terra a partir da linha de mar da maré cheia, de 33 metros em direção ao continente, essas terras possam pertencer a propriedades particulares, e não mais áreas da Marinha, da União, como estabelece a Constituição.

Na prática, é transformar o bem comum, o lazer do povo, do povo mais humilde e mais simples, em uma área privada para o interesse do capital imobiliário para fazer os hotéis, os apartamentos, os edifícios verticalizados, a fim de ocupar o espaço mais democrático que nós temos no litoral brasileiro e de uso coletivo, que são as praias. Então, eis o meu repúdio a esta PEC, repúdio ao seu autor. Sou contra aqueles que estão defendendo esta proposta de privatizar as praias brasileiras.

Eu, Sr. Presidente, não posso deixar, também, de fazer uma denúncia aqui. O prefeito de Salvador, no Dia Mundial do Meio Ambiente, tem de conviver com a situação de ter autorizado a edificação de três espigões na Praia do Buracão. Ele foi questionado pela imprensa no começo do ano. Tergiversou. Disse que, se dependesse do prefeito...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) não teria nenhuma construção que pudesse gerar sombreamento na praia do Rio Vermelho. Ele disse que não iria autorizar.

Na verdade, ele já autorizou desde outubro de 2023. O alvará já foi emitido para a empresa que apresentou o projeto de construção de dois edifícios com 15 e 16 andares, ali, praticamente, dentro da praia do Rio Vermelho, dentro da Praia do Buracão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, o prefeito Bruno Reis merece um cartão vermelho no Dia Mundial do Meio Ambiente por permitir a privatização da Praia do Buracão, por ter concedido este alvará e por ter concedido, na surdina, na escondida, mentindo para o povo de Salvador, dizendo que não iria autorizar, quando já tinha autorizado.

Cartão vermelho para Bruno Reis!

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Marcelino Galo assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr. Presidente, Srs. Deputados e deputadas, neste dia de hoje, 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, é muito importante e necessário que toda a população do planeta seja acordada para prestar um pouco de atenção nas suas ações, no zelo e no cuidado com todos os componentes que estão fazendo parte desta grande criação que o nosso bom Deus deixou para nós.

Este planeta Terra é cercado de água e é também envolvido nesta atmosfera que chamamos de ar porque, muitas vezes, com o desejo de colocar um pouco mais de dinheiro no bolso, termina acontecendo uma grande exploração, uma grande destruição, uma grande poluição, uma busca constante dos recursos minerais para a transformação em outras matérias primas. Isso termina causando grandes transtornos à natureza. E hoje estamos pagando muito caro!

Eu falo disso da minha forma bastante popular pelos efeitos que enfrento, a cada dia, no nosso Semiárido baiano.

Mas está presidindo esta sessão neste momento um grande ambientalista, o deputado Marcelino Galo, com quem eu procuro, também, aprender muitas coisas em relação ao que o senhor, no seu tempo de estudo, continua sempre descobrindo e refazendo as suas palestras.

Portanto, hoje eu quero também chamar a atenção de toda a Bahia, de toda a população! Esta Bahia é tão grande e é composta por vários biomas. São eles: o bioma Caatinga, o bioma Cerrado, o Litoral, as praias. Esses biomas devem ser cuidados por cada um de nós.

Daqui desta tribuna, eu saúdo os ambientalistas. Saúdo aqueles que estudam, se preparam e nos advertem sempre com o lema: “Parem de explorar! Não dá para privatizar tudo! Não dá para cortar todas as florestas!”

E aí eu queria, ao encerrar as minhas palavras, dizer uns versos populares. É uma cantiga muito bonita. Estamos no meio do São João, mas eu não vou cantar na forma do forró, mas é um forró que alegra muitas pessoas e nos remete a pensar exatamente neste componente do planeta Terra que a gente precisa cuidar.

Petrúcio Amorim é o autor da música *Filho do Dono*. Ela diz assim.

(Lê) “*Não sou profeta
Nem tão pouco visionário
Mas o diário desse mundo
Tá na cara
Um viajante na boleia do destino
Sou mais um fio
Da tesoura e da navalha*

*Levando a vida
Tiro versos da cartola
Chora viola
Nesse mundo sem amor*

*Desigualdade
Rima com hipocrisia
Não tem verso nem poesia
Que console o cantador
A natureza na fumaça se mistura
Morre a criatura
E o planeta sente a dor*

*O desespero
No olhar de uma criança
A humanidade
Fecha os olhos pra não ver
Televisão: fantasia e violência
aumenta o crime e cresce a fome do poder*

*Boi com sede
Bebe lama
Barriga seca
Não dá sono
Eu não sou dono do mundo*

*Mas tenho culpa
Porque sou filho do dono”*

Então, quanto às tragédias, às dores do nosso planeta, à fome e à desigualdade, todos nós temos culpa!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Digo isso porque alguns lutam para combater. Outros se omitem de lutar. Outros ainda exploram para ganhar um pouco mais. É esta a realidade que todos nós devemos todos os dias olhar, refletir e dar passos para alterar essas atividades tão exploradoras e tão cruéis com a própria humanidade.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo): Com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, quero saudar este Plenário e aqueles que nos acompanham pelas redes sociais, celebrando e reafirmando a importância deste 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente. Esta data é definida pelas Nações Unidas desde 1974, a partir da deliberação de uma das conferências mundiais que tratou sobre o clima. E hoje o tema das mudanças climáticas está na ordem do dia.

Eu quero fazer referência à necessidade de uma maior consciência política acerca da questão ambiental que sempre tem sido tratada no Brasil como uma agenda secundária, inoportuna, uma agenda que é um incômodo trazido por ambientalistas e fazendo jus ao que foi decidido pela conferência de Estocolmo há tantos anos, há tantas décadas.

Eu quero dizer que esta agenda não só é atual como agravada pelas mudanças climáticas. Nós não podemos mais ignorar o impacto que as mudanças climáticas têm trazido à vida humana na Terra e a todos os seres vivos.

Eu tenho feito falas e referências ao que acontece no Rio Grande do Sul. Pela manhã, houve uma audiência pública convocada pelo deputado Robinson. Eu tive a oportunidade de participar. A gente ouviu o depoimento de um gaúcho que adotou a Bahia para morar. Ele fez um depoimento muito sentido e choroso sobre a tragédia que está acontecendo no Rio Grande do Sul. A gente tem a dimensão do quanto não é mais possível a ignorância diante das mudanças climáticas. Esta insistência, em um padrão de desenvolvimento econômico, é demolidora, é destruidora.

O capitalismo é um sistema que está pondo verdadeiramente em risco a humanidade, o planeta Terra. Nós precisamos enfrentar este desafio. Não é mais possível suportar a lógica do lucro, a lógica da ganância, do dinheiro acima da vida, acima de tudo. A lógica do ter, ao esmagar o ser, não pode permanecer desta maneira.

Nós temos de fazer, sim, o debate sobre a questão ambiental. Nós temos de tomar medidas objetivas em relação às necessárias mudanças no padrão de desenvolvimento econômico que o mundo exige hoje.

Eu faço referência que, ontem, demos entrada em um projeto, por exemplo, que elimina as sacolas plásticas convencionais.

Mas quero aqui reafirmar, com todas as letras em negrito, o meu total apoio à luta pela derrubada da PEC nº 3/2022. Essa é uma PEC que não se sustenta. Não é possível nenhum argumento do tipo: “Ah, vai regulamentar algumas terras que estão irregulares pertencentes às populações quilombolas ou ribeirinhas.”

Nós defendemos, sim, o direito das populações quilombolas e ribeirinhas ter o seu direito de acesso à terra, acesso a um padrão de sustentabilidade. Refutamos, de imediato, qualquer tentativa de utilização dessas comunidades para justificar essa PEC.

Essa PEC não é boa para nenhuma comunidade, nem ribeirinha, nem quilombola, nem para ninguém, a não ser para aqueles que estão interessados no bolso, em ganhar dinheiro com uma transferência monumental de terras públicas, de áreas da União e de áreas de borda marítima.

Nós não podemos admitir que essas áreas sejam transferidas ao controle do estado ou ao controle de municípios para fragilizar a sua proteção.

Portanto, fica aqui a nossa posição de defesa para que, cada vez mais, os movimentos sociais, não só ambientalistas, a sociedade, se levante, reaja e possa, sim, obrigar o Senado a retirar essa PEC de circulação. É uma PEC nociva ao interesse público, à vida e ao ambiente no nosso país, no nosso Brasil. Então, viva ao Dia Mundial do Meio Ambiente e viva à luta dos ambientalistas.

Sr. Presidente, com vossa tolerância, eu quero apenas saudar a seleção feminina de futebol, que ontem brilhou na Fonte Nova. Foi um jogo amistoso, mas que mexeu com os nossos corações.

Quero destacar, agradecer e parabenizar o governador Jerônimo Rodrigues, que organizou uma bancada, na verdade, e convidou seu secretariado, as deputadas, mobilizou ainda mais mulheres do poder público para estarem com ele, ontem, assistindo ao jogo.

Nós tivemos dois gols da nossa Bola de Ouro, Marta, tivemos também gols de Jheniffer e de Debinha, e foi lindo, foi muito bonito, muito emocionante ver a seleção brasileira enfrentando a seleção jamaicana, nossas irmãs da Jamaica, em solo baiano. Isso diz muito: seleções com uma presença enorme de mulheres negras se enfrentando em campo sob o símbolo do respeito, numa competitividade sadia, saudável.

É muito importante também destacar que foram 33 mil pagantes na Fonte Nova e destacar também o trabalho belíssimo da *TVE*, que fez a cobertura daquela partida histórica e emblemática.

Eu quero saudar também o nosso querido Flávio, que se uniu com a *TV Brasil*, e juntos eles fizeram o trabalho brilhante de comunicação da nossa seleção brasileira.

Portanto, um abraço a todas e a todos, e vamos aguardar que Vini ganhe também a Bola de Ouro, esse menino fantástico que vence todos os dias a barreira do racismo com um futebol altamente competente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(O deputado Vitor Bonfim assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço a participação de V. Ex.^a.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Dando continuidade ao Pequeno Expediente, concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao último orador inscrito, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr. Presidente, caros deputados, deputadas desta Casa, senhores que estão nas galerias, meus queridos servidores e servidoras, hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente, e aqui foi falado, os deputados que por aqui passaram falaram, registraram a importância desse dia e principalmente o contraponto estabelecido pelo que ocorre no globo como um todo, no planeta.

A Terra está chegando aos seus limites de esgotamento, e alguns dos elementos já chegaram a tal. Estamos vivendo uma crise, uma crise que se expressa nos eventos extremos que vêm ocorrendo em todo o planeta e, aqui, de forma brutal, no que aconteceu no Rio Grande do Sul.

O mundo vive uma crise, e eu diria que a mais importante é a crise da concentração extrema da riqueza, da renda, com pouquíssimos bilionários controlando os recursos, explorando-os de forma predatória. O capitalismo chegou a uma situação, no mundo, em que ele não só explora a classe trabalhadora, ele não só concentra a riqueza, mas agora ele passa, de forma violenta, a destruir a natureza, a destruir a vida na Terra.

Então, com esse modelo econômico, estando ele a prevalecer, nós vamos destruir a vida no planeta. E os bilionários já cuidam de organizar sua vida fora da Terra, organizar seus *bunkers* para se protegerem dessa crise extrema.

Vivemos também uma crise de democracia, a democracia está se erodindo no mundo, e sem democracia não se estabelece um contraponto a esse sistema tão explorador e destruidor.

Vivemos uma crise! Nós temos que tomar providências já há muito tempo, mas precisamos acelerar agora por causa da crise das mudanças climáticas. E este país pode dar a sua maior contribuição para diminuir o efeito estufa, o aquecimento da Terra, que é a mudança de uso de solo que ocorre aqui. Nós temos que acabar com o desmatamento que ocorre neste país!

Nós temos aqui, nesta Casa, já tramitando, um projeto de lei que estabelece o desmatamento zero, pois, se continuarmos com esses níveis de destruição da nossa flora, nós vamos acabar com os nossos rios, nós vamos acabar com a nossa fauna, nós vamos acabar com a vida na Terra.

É preciso que a gente aqui, nesta Casa, dê a nossa contribuição, o Brasil não precisa desmatar nem mais 1 centímetro para poder desenvolver o seu modelo

agrícola. Se continuarmos assim, vamos destruir qualquer possibilidade de desenvolvimento agrícola, de aumento da nossa produtividade, de estabelecimento de formas para isso.

Então nós temos que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) construir uma relação com a natureza diferente.

Então, neste dia, Sr. Presidente, nós temos que registrar que podemos tomar medidas, por isso vamos aprovar esse projeto do desmatamento zero, porque é assim que colocam a ciência e a tecnologia disponíveis neste momento em que nós

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) neste país, não precisamos desmatar mais nada.

Então, obrigado pela tolerância e um abraço a todos vocês.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço a participação de V. Ex.^a.
(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Passamos agora para a Ordem do Dia, uma vez que não há nenhum orador no Grande Expediente, nem no Horário das Representações Partidárias.

Então, Ordem do Dia.

Deputado Rosemberg, deputado Alan.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, por acordo, nós vamos votar um projeto do deputado Alan e nós estamos propondo a seguinte formulação: nós iremos, de hoje a 8 dias, votar aqui os projetos dos deputados.

Para os projetos que, por acaso, não tenham passado pela CCJ, vai haver o compromisso aqui com Ivana, com o deputado Alan, com os deputados Júnior Nascimento, Vitor Bonfim e Robinson, que são da CCJ, para fazermos uma força-tarefa e votarmos, pelo menos, um projeto de cada parlamentar.

As honrarias terão que passar pela Mesa Diretora da Casa no que diz respeito às medalhas. Os títulos de cidadão, obviamente, não precisam, vêm direto para aqui, para o Plenário.

E nós vamos, na terça-feira... Obviamente já há uma Ordem do Dia, nós vamos apreciar os projetos da Ordem do Dia e teremos até a terça-feira para construirmos, se assim for combinado com o deputado Alan, os projetos que estão pendentes, incluindo os projetos de reajuste, porque, do ponto de vista do conteúdo, não temos nenhuma dificuldade.

São alguns ajustes que nós estamos fazendo para que possamos também apreciá-los na próxima terça-feira sem comprometer as folhas de pagamento dos diversos órgãos, para que os reajustes possam acontecer ainda no mês de junho.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Alan Sanches. Questão de ordem.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Vitor, reiterando aqui o que o deputado Rosemberg trouxe de informação, há um acordo de processo legislativo, hoje, para que a gente consiga votar justamente um projeto que vence amanhã, que é o das cotas dos concursos. Então, com esse projeto a Oposição está de acordo.

Com relação aos reajustes dos outros Poderes, não há divergência de conteúdo, como V. Ex.^a falou, deputado Rosemberg, mas acordamos que eles serão votados na terça-feira. E houve um acordo, além disso, porque está se aproximando o São João, para que possamos votar um projeto de interesse de cada deputado, de autoria de cada deputado, a ser trazido na terça-feira.

Mas é bom esclarecer, para não ter nenhuma divergência de opinião, deputado Zé Raimundo, que serão votados por acordo os projetos que tiverem passado pela CCJ e, se for alguma honraria, os aprovados pela Mesa, para que não tenha divergência nisso.

Para qualquer outra coisa, vai ser preciso um outro acordo, uma outra decisão das lideranças e suas bancadas. Mas o acordo foi esse, que a gente vote os projetos que tenham passado pela CCJ.

Eu, Ivana e Júnior estaremos na CCJ, já somos três membros, para que possamos apreciar os projetos de interesse dos deputados, para que eles já sejam trazidos e passem pela CCJ, inclusive esses projetos escolhidos pelos deputados, pelos 63 que tenham interesse. E nós já os apreciaríamos lá, na comissão, na terça-feira, esse é o compromisso...

Parlamentar não identificado (fora do microfone): Também estou aqui, deputado.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a também está, então já é o quarto, fica faltando apenas mais um deputado para que a gente possa votar. Já temos quatro acordados, quatro membros da CCJ, falta...

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso.

O Sr. Alan Sanches: (...) mais um, para que a gente possa apreciar os projetos de interesse dos deputados, para que todos possam ser contemplados.

Então, hoje, ficou acordado que a gente votaria... Para que não ocorra prejuízo para nenhum cidadão, a gente vai apreciar o projeto das identidades com a emenda da manutenção das cotas no concurso, que a Sepromi já tinha solicitado e cujo prazo de 10 anos expira amanhã.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k., só para complementar, ...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, informo aqui ao líder Alan que nós estamos discutindo para vermos se votamos, ainda nesse processo, o projeto da Defensoria Pública. Nós, o governo, junto com a Assembleia Legislativa e a Defensoria, estamos discutindo para que possamos dirimir todas as dúvidas. E, da

parte do deputado Alan e da minha parte, já declaramos publicamente que, ajustadas as divergências, nós dispensaremos as formalidades para votarmos imediatamente aqui o projeto da Defensoria.

O Sr. Alan Sanches: De acordo.

O Sr. Samuel Junior (fora do microfone): Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Samuel Junior, questão de ordem pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Samuel Junior: Presidente, eu quero parabenizar, aqui, os dois líderes, o deputado Rosemberg e o deputado Alan, mas, por exemplo, até falei com V. Ex.^a há pouco, nós estamos com um projeto, desde agosto do ano passado, na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive, V. Ex.^a é o relator, e até hoje não sabemos se ele foi aprovado ou se foi rejeitado.

Hoje, conversando com meu companheiro e meu conselheiro, deputado bispo Arimateia, que faz parte da Comissão de Meio Ambiente, ele me disse que já tem mais ou menos 5 ou 6 meses que a comissão não se reúne por falta de quórum. Então, o que eu gostaria, nesta minha fala, é de pedir ao líder Rosemberg e ao líder Alan que solicitem aos Srs. Deputados liderados por V. Ex.^{as} que eles façam parte das comissões para que a gente possa ter, de fato, essa proatividade.

Quando eu fui questionar ao líder Rosemberg sobre o projeto, a primeira pergunta que ele me fez é se o projeto passou pela CCJ, e, quando chega à CCJ, esta também não tem sido instalada.

Então, já que V. Ex.^{as} querem votar projetos de deputados na próxima semana, eu gostaria de pedir aos dois líderes que incentivassem a instalação das comissões, principalmente da CCJ, para que a gente possa votar. Também, se o acordo for só para votar projeto que passe pela CCJ, eu não sei se a gente vai conseguir votar nem mesmo dois projetos, porque já tem um bom tempo que a CCJ não é instalada.

Essa é minha fala, Sr. Presidente.

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Samuel...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputado Alan está inscrito, depois o deputado Robinson.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Samuel, esclarecendo: foi exatamente esse compromisso que o deputado Vitor, a deputada Ivana, o deputado Júnior Nascimento e eu assumimos – claro, que conversado com a presidente da CCJ –, faltando apenas mais um membro da comissão para que apreciássemos, independentemente da pauta, os projetos a serem votados na próxima terça-feira à tarde. Nesse caso, o que eu quero dizer é que se o projeto de V. Ex.^a passar na CCJ e for aprovado, nós – esse grupo da CCJ – nos comprometemos a dar celeridade e a votar nesse dia.

Então, apreciaremos os projetos que chegarem na CCJ, com pedidos de inversão de pauta, por exemplo, para que possamos trazer à tarde e não

prejudiquemos nenhum deputado que tenha interesse na aprovação daqueles projetos.

Com relação à honraria, volto a dizer que precisa ser passado e aprovado na Mesa. Eu não posso me comprometer, nem o deputado Rosemberg, nem o deputado Vitor, porque isso depende da Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Robinson Almeida, com a palavra.

O Sr. Robinson Almeida: Eu quero concordar com esse acordo, com esse encaminhamento. Eu sou membro da CCJ e tenho de dar um testemunho: não corresponde com a realidade que estamos há seis meses sem reunião da CCJ.

O Sr. José de Arimateia: Falei da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos.

O Sr. Robinson Almeida: Há 15 dias, sobre a presidência da deputada Ivana Bastos, nós aprovamos 27 projetos na CCJ. Todos que estavam na pauta foram analisados e aprovados. Melhor dizendo, não foram 27 projetos aprovados, foram analisados 27 projetos, dos quais alguns foram aprovados, outros foram rejeitados. Se essa é a condição habilitadora para que os projetos venham ao Plenário na terça-feira à tarde, temos de fazer um mutirão novamente na terça-feira de manhã, desde que todos os deputados interessados em suas matérias, antes da terça, indiquem qual é o projeto de interesse dentre aqueles de sua autoria, porque é preciso um relator e, se esses projetos não tiverem relatoria definida, precisam chegar relatados na terça-feira. Então, na terça-feira não dá para resolver tudo.

A minha sugestão é que, a partir de hoje, os deputados já indiquem o projeto à Comissão de Constituição e Justiça para que, na eventualidade de não terem relatores, sejam designados e os projetos cheguem na terça-feira com condições técnicas de serem analisados.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Obrigado, deputado Robinson Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Ordem do Dia.

Está sob a Mesa um pedido de requerimento de dispensa de formalidades, assinado pelo líder da Maioria e pelo líder da Minoria ao PL nº 25.320/2024.

Defiro o requerimento.

Passo à Ordem do Dia.

Em discussão única e votação, o PL nº 25.320/2024.

Para relatar, no âmbito das comissões, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Para relatar, no âmbito das comissões, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr. Presidente, passo a apresentar o parecer:

(Lê) “Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Direitos Humanos e Segurança Pública; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº

25.320/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual 'altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, na forma que indica.'

Encaminha, para apreciação da Assembleia Legislativa, o Exm.º Sr. Governador do Estado, o projeto que ora venho relatar, tendo por objetivo 'revisar as exigências atualmente previstas para a isenção da taxa cobrada para expedição da Carteira de Identidade, fixando-as em parâmetros mais objetivos', conforme registra a Mensagem Governamental.

A medida vem alterar o dispositivo estabelecido na Lei nº 11.631/2009 acerca da gratuidade para expedição de cédula de identidade às pessoas de baixa renda, possibilitando a concessão uma vez por ano para os inscritos em cadastro para programas sociais em âmbito federal, estadual ou municipal, ou a pessoa em situação de rua acima de 60 anos, desde que referenciada pela rede socioassistencial do Estado ou do Município, pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, venho, na condição de Relator, oferecer a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

Acresça-se, ao Projeto de Lei nº 25.320/2024, um artigo, que será o 2º, renumerando-se para 3º o atual art. 2º, na forma seguinte:

'Artigo 2º - A Lei nº 13.182, de 06 de junho de 2014, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

Art. 50-A - Fica prorrogado por mais 10 (dez) anos o prazo previsto no art. 50 desta Lei.'

Justificativa - A presente emenda destina-se a prorrogar por mais 10 anos o prazo de validade da disposição do art. 49 do Estatuto da Igualdade Racial que institui a reserva de vagas da ordem de 30% para a população negra no Estado, nos concursos públicos e processos seletivos para provimento de pessoal no âmbito da Administração Pública Estadual.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação com a modificação introduzida pela Emenda de Relator.

Este é o parecer, s.m.j."

Sr. Presidente. Pela importância social imensa que este projeto tem, eu peço a unanimidade aos Srs. Deputados e às Sr.ªs Deputadas.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço ao deputado Marcelino pelo parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Em discussão, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado por unanimidade.

Em discussão única e votação no Plenário, o PL nº 25.320/2024, que revisa as exigências atualmente previstas para a isenção da taxa cobrada para a expedição de carteira de identidade, fixando-as em parâmetros mais objetivos, e também trazendo, no bojo do projeto, uma emenda de relator que prorroga por mais 10 anos a vigência do Estatuto da Igualdade Racial, permanecendo, portanto, as cotas de 30% nos concursos públicos.

Em discussão. (Pausa)

Não há quem queira discutir.

Em votação.

O Sr. Alan Sanches: Para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Para encaminhar, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Eu só queria fazer uma demonstração não só para a Casa, mas também para a sociedade, de que a Oposição, mais uma vez, não vota contra o governo.

Nós já votamos a favor em outros projetos e, nesse projeto, nós estaremos também encaminhando o voto a favor. Inclusive, só está sendo possível a votação desse projeto por causa do entendimento com toda a Bancada da Oposição.

Nós encaminharemos o voto favorável.

O Sr. Hilton Coelho: Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Para encaminhar, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Muito rapidamente, Sr. Presidente, eu quero declarar o nosso voto a favor do projeto. Esse é um projeto bastante positivo e o maior pecado até agora é, de fato, nós não termos a implementação de diversos aspectos do Estatuto da Igualdade Racial.

O Estatuto da Igualdade Racial traz um conjunto de avanços, mas a perspectiva da sua efetivação também está relacionada à ação do Executivo, com decretos e com atitudes concretas que tenham esse estatuto como uma referência.

Portanto, nosso voto é a favor e o nosso apelo é para que o Estatuto da Igualdade Racial seja uma lei efetivada no estado da Bahia, pois, infelizmente, não vem sendo.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Muito bem.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade **o Projeto de Lei nº 25.320/2024, em discussão única.**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 25.320/2024

Altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, e a Lei nº 13.182, de 06 de junho de 2014, na forma que indica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - O art. 5º da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º** -

.....

II -

.....

g) a expedição de Cédula de Identidade, 01 (uma) vez ao ano, à pessoa de baixa renda:

1 - inscrita em Cadastro para Programas Sociais em âmbito municipal, estadual, ou federal;

2 - em situação de rua ou acima de 60 (sessenta) anos, desde que referenciada pela rede socioassistencial do Estado ou do Município, pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público.

.....” (NR)

Art. 2º - A Lei nº 13.182, de 06 de junho de 2014, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

“Art. 50-A – Fica prorrogado por mais 10 (dez) anos o prazo previsto no art. 50 desta Lei.”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de junho de 2024.

Deputado Marcelino Galo
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Quero, em nome desta presidência, parabenizar os deputados da Oposição, o deputado Hilton Coelho e os deputados da Maioria, na pessoa do deputado Rosemberg Pinto, pela maturidade na construção desse acordo, na tarde de hoje, o que nos possibilita prorrogar por mais 10 anos,

deputado José de Arimateia, o instituto das cotas nos concursos públicos no estado da Bahia.

Aprovado o projeto de lei e não havendo mais nada a tratar na tarde de hoje, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Cafú Barreto, Ludmilla Fiscina, Maria del Carmen (justificada) e Robinho. (04)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.